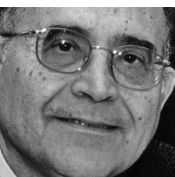


Economia e sociedade, passado e futuro

Desincentivar o empresariado aumenta mais a penúria, a redistribuição malta a poupança, acabando a galinha acabam os ovos, distribuir por todos acaba com os poucos ricos, desmolda os “competentes” e não acaba com os muitos pobres.

Por Rogério Fernandes Ferreira



Rogério Fernandes Ferreira

- Advogado
- Economista
- Professor catedrático

Países, instituições e empresas são grupos humanos exercendo actividades de modos competitivos. Porém, se nas suas actuações se desprezar a ética e prejudicar legítimos interesses e aspirações de outrem gerar-se-ão reacções desfavoráveis.

O desenvolvimento da Economia impõe esforço, produção, poupança, reinvestimento. Estes incrementos, em ondas sucessivas, proporcionam bem-estar.

Será razoável que os dirigentes das empresas pretendam soluções em benefício dos que nelas participam com capital, direcção, trabalho, conjugando-se interesses de sócios, trabalhadores, dirigentes e também dos clientes, fornecedores e comunidade onde a empresa está inserida.

Em todos os países – pobres e ricos – será desejável a busca de boa gestão, criação de empregos, produção, poupança. A poupança crescerá menos se os proventos forem canalizados para pessoas de baixos recursos, cuja propensão ao consumo, logicamente, é total ou quase total. Há que pretender outras finalidades, particularmente propósitos de conciliação social, questão relevante para alcançar paz social neste actual mundo de “globalização”.

Viabilizar as produções nos países pobres, a prazo, será a melhor solução. Gerará os recursos necessários ao progresso e ao bem-estar geral ou comum.

O acesso dos países mais pobres à obtenção de mais produção, trabalho e rendimento, possibilitar-lhes-á aquisições de bens e serviços, desenvolvimento económico e social.

Sublinha-se, contudo, que não é líquido, pelo menos não é de todo imediato, que capital financeiro canalizado para o investimento e criação de empregos em países onde as produções se processam com mais baixos custos, traga aos trabalhadores desses países mais poder de compra. A produção desses países ficará mais barata para quem a compra. Se se mantiverem preços de venda as economias de custo conseguidas poderão ser quase apenas mais ganho para os grupos empresariais deslocalizados. Advirá daí acumulação de capital maior, excessiva, e poucas melhorias sociais.

Com o referido pretende-se acentuar que, caso não ocorram, nas deslocalizações de empresas, reais aumentos de poder de compra da população dos países pobres, a produção, globalmente, não crescerá. E sem mais poder aquisitivo não ocorrerá o escoamento da produção. Os ricos e muito ricos são poucos para gerar um acréscimo significativo do consumo global. Aconteceria assim apenas acréscimos de poupança dos detentores de capital das empresas deslocadas. E nos seus países ricos, a população dita remediada e pobre que aí vive perde, entretanto, os seus postos de trabalho. Daí tensões sociais...

Com estas reflexões pretende-se colocar em debate a questão seguinte: há capacidade mundial para produzir cada vez mais, mas se não aparecerem vias conciliatórias de repartição dos ganhos da produção deslocalizada, então não aparecerão excedentes por repartir, geradores de mais consumo e produção. E o desemprego e a fome não desaparecerão. Não acabam assim os rosários de dramas humanos e de problemas sociais.

Como fazer melhor?

Tentando respostas, sublinha-se que muito conveniente e útil seria saber gerir a situação – feitos os diagnósticos, tomar as decisões acertadas.

A *Gestão* não deve ser entregue a pessoas sem as necessárias competências e com carências de ética, pessoas preocupadas apenas em colher proventos e benesses. E assim, com facilidade, fazem deslocações de empresas em singelas buscas de mais competitividade através de mão-de-obra mais barata (sem segurança social, sem poder reivindicativo) em deslocações para Estados de soberania aparente e onde surgirão provavelmente convulsões futuras. No imediato, os ganhos crescem – fiscalidade e para-fiscalidade nulas e ausência de imposições de carácter ambiental, hoje questão crucial para toda a Humanidade.

Muitos observadores destes problemas concluem que é assim a vida ou assim o mundo. Conformação, realismo, convicção de que nada poderão fazer. Aceitam a retrogradação e o livre arbítrio. Outros há, todavia, que procuram reagir. E fazem apelos à solidariedade e à concertação. Pretendem a protecção dos desprotegidos.

Escrevemos sobre assuntos técnicos de gestão e fiscalidade há decénios, mas por vezes também nos manifestamos desolados com incompetências e, em particular, com desonestidades, impiedades e desumanidades. A competência traz, contudo, realismo na análise. E pode até conduzir a acentuar que as deslocalizações que tanto se comentam podem

vir a ser um maior bem para toda a Humanidade. Lucidez precisa-se e isso não é pura esperteza.

Convencer outrem sobre problemas que não são só de nós, da nossa empresa, do nosso País, de todo o Mundo, não é nada fácil. Reconhece-se que muitos só querem aproveitar-se da ignorância e da impotência dos demais, colhendo injusta e desmesuradamente benefícios a seu favor e de seus apaniguados. A Economia desenvolveu-se nos séculos XVIII e XIX como disciplina integrada na Ética. Foi citação de épocas anteriores que “na ignorância reside o poder dos tiranos”. Hoje, os tiranos são os que detêm e usam mal poderes económicos, cada vez maiores e cada vez mais em anonimato (contas em sigilos, depósitos sem nome ou em código, fundos de fundos, máfias da droga, etc.).

A Economia gere a escassez. Muitos invocam, ironicamente ou perversamente, que não chegando os bens para todos melhor será evitar redistribuições. Desincentivar o empresariado aumenta mais a penúria, a redistribuição mata a poupança, acabando a galinha acabam os ovos, distribuir por todos acaba com os poucos ricos, desmotiva os “competentes” e não acaba com os muitos pobres.

Há notórias situações e comportamentos de todo injustificáveis, mas os seus beneficiários continuam a querer mantê-las. Há quem conclua que a solução é que não há solução. Colega e amigo (Hernâni Carqueja), diz-me: «A solução estaria em conseguir bom funcionamento e apreço pela Justiça».

Pegando nesta deixa, afirma-se que o primeiro passo deveria ser de quem exerce tão relevante magistério. Não podem continuar a atirar pedras, pretextando que não são pecadores. Resolvida a questão da Justiça, o resto seriam questões menores – reformas, saúde, tempos de lazer e de trabalho, etc. ★

(Texto recebido pela CTOC
em Setembro de 2005)